

Panorama e perspectivas da tradução e interpretação em Libras

O presente capítulo tem por objetivo expor informações, conhecimentos e reflexões referentes à área de tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), de forma a possibilitar ao leitor a apropriação dessa área/profissão ainda em formação e em franca expansão. Espera-se que ao final da leitura o interlocutor deste texto seja capaz de discernir entre as funções, responsabilidades, direitos, perfis, condições de trabalho e formação de tradutores e intérpretes de Libras, bem como tenha alcance dos rumos que ainda se delineiam para a área.

Considerações iniciais

A primeira coisa a se considerar no estudo da tradução e interpretação da Libras é que se trata de um campo ainda muito pouco explorado, por razões variadas, estando entre as principais: a Língua Brasileira de Sinais ter sido reconhecida apenas recentemente; tratar-se de uma língua desconhecida e usada por uma minoria; o fato de que a área dos Estudos da Tradução, na sua condição de campo disciplinar, é ainda muito nova. Por isso, ainda são escassos os estudos envolvendo a Libras, quanto mais a tradução/interpretação dessa língua. Mesmo em literatura estrangeira, a temática é ainda explorada de forma incipiente.

Dessa forma, o tema deste capítulo é explorado a partir de questões que se consideram essenciais na formação e atuação do tradutor e intérprete, questões estas exploradas nos últimos anos em documentos oficiais, tal como a lei regulamentadora da profissão (a ser sancionada pelo presidente da República), e artigos científicos produzidos no Brasil e para a realidade do país. Nesse sentido, muito do apresentado aqui se trata de uma coletânea dos conhecimentos fundamentais e, ao mesmo tempo, básicos para o desempenho da função de tradutor e intérprete. Procurou-se privilegiar fontes relacionadas, seja na teoria ou na prática, à esfera da tradução e interpretação em Libras. Contudo, devido à já citada “falta” de referências nesse campo, lançou-se mão também de textos sobre tradução e interpretação de línguas orais, estabelecendo comparações de modo a clarificar e enriquecer as discussões propostas.

Uma distinção necessária e, por vezes, incômoda: tradutor X intérprete

Uma vez que a abordagem científica da tradução/interpretação em Libras é ainda inicial, pouco se tem tratado da diferença entre tradutor e intérprete. Em termos práticos, e mesmo nas rodas de conversa entre os profissionais dessa área, costuma-se associar a figura do tradutor à do intérprete, como se desempenhassem o mesmo trabalho. Não raro, são encontradas menções ao “tradutor-intérprete” de Libras como a figura – observe bem que se fala de “a figura”, e não “as figuras” – responsável por verter em Língua Brasileira de Sinais a língua portuguesa (ou outro idioma) e vice-versa. No que diz respeito à tradução e interpretação nas línguas orais, essa identificação, ou confusão, também existe:

“Os intérpretes existem desde a Antiguidade, assim como os tradutores, com quem são frequentemente confundidos; o tradutor trabalha com a palavra escrita, o intérprete com a palavra falada.” Assim começa o livreto da União Europeia (Commission of the European Communities, s/d) com informações para os candidatos a seus cursos de formação de intérpretes que atendem às necessidades da instituição, o maior empregador de tradutores e intérpretes do mundo. (PAGURA, 2003, p. 210)

O autor continua em seu esclarecimento de que, mesmo havendo o processo de tradução de um idioma ao outro na interpretação – tanto na simultânea, em que a língua-fonte vai sendo vertida para a língua-alvo em paralelo ao discurso proferido, ao “mesmo tempo”, quanto na consecutiva, na qual o intérprete escuta uma fala e, após a conclusão de um trecho significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e repete todo o discurso na língua-alvo –, a maioria dos estudiosos e praticantes das duas áreas reserva o uso das nomenclaturas citadas para duas atividades diferentes: o tradutor trabalha com texto escrito e o resultado de sua tradução é um “outro” escrito; o intérprete lida com a fala, e o resultado de seu trabalho é uma “outra” fala. Transpondo tal conceituação para a língua de sinais, deve-se assumir que o profissional responsável por transpor discursos falados para Libras, ou o contrário, é o intérprete. Já o que transpõe um discurso escrito para Libras é o tradutor.

Convém notar que a Libras, embora já possua um sistema gráfico de representação, uma escrita, não costuma ser traduzida nessa modalidade, independente de ser o texto de partida ou de chegada. Isso significa que a tradução envolvendo a Libras se dá, majoritariamente, no contexto de discursos escritos em outros idiomas (o português, por exemplo) sendo vertidos para a Libras sinalizada, equivalente à língua oral, e não para a escrita de sinais, modalidade equiparada à língua escrita. Observe-se que não se está falando de uma impos-

sibilidade de tradução de textos escritos para escrita de sinais, apenas se está registrando a rara observância dessa prática.

Estabelecida a necessária diferenciação entre tradutor e intérprete, resta tratar do incômodo que a mesma causa aos profissionais da área. Como dito anteriormente, não são raras as referências ao “Tradutor-Intérprete” de Língua de Sinais, identificado sob a sigla TILS. O uso desse termo tem ganhado um significado desnecessário, tornando dúbio o que deveria ser claro: a distinção entre duas atividades interdependentes, relacionadas, mas de natureza diversa. Ao que parece, pois ainda não há um estudo sobre isso, considerando apenas o que a prática cotidiana e o convívio com os profissionais revela, muitos Intérpretes de Língua de Sinais (ILS) acreditam que, se lhes for usurpada a nomenclatura de “tradutor”, ficam diminuídas a complexidade, seriedade e mesmo a profissionalização de sua atividade. Para muitos, não ser chamado de “tradutor” é uma forma de subalternização, como se interpretar fosse mais fácil do que traduzir. Possivelmente esse sentimento, crença, se justifique e derive do entendimento pejorativo do termo “interpretar” quando empregado na atividade de tradução em Libras, já que é associado – não sem motivo, é verdade, mas de maneira apressada e equivocada – à faculdade de “compreender”, ou seja, elaborar para si um sentido e passar para o outro, seu cliente, um significado que é seu, e não do “autor” do discurso traduzido/interpretado, resultando numa fuga à tão almejada fidelidade da mensagem, da qual se tratará mais à frente.

Todavia, será visto ao longo dessa discussão que ambas as atividades, tradução e interpretação, são complexas em demasia, exigindo dos profissionais capacidades, características e conhecimentos que ora se entrecruzam e ora se distanciam. Também não é o intuito aqui proceder numa dicotomia entre os dois campos, como se o profissional tivesse de escolher na sua atuação entre um deles. Somente se quer propor uma reflexão para fundamentar uma escolha feita para este curso: a de que tradução e interpretação são áreas diferentes de atividade, pelas quais os profissionais podem transitar, sem, contudo, esquecerem das demandas exigidas por cada uma. Por isso, toda vez que se fizer menção ao TILS, ela deve ser lida como o tradutor e o intérprete.

O surgimento da profissão no Brasil

De modo geral, tanto aqui como em outros países, a formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais está vinculada à prática de atividades voluntárias, que, com o decorrer do tempo e com o avanço das conquistas sociais do

surdo, foram sendo valorizadas em sua condição de atividade trabalhista. Nesse sentido, a luta do surdo por espaços nas esferas sociais, como na educação, no trabalho, na saúde etc., e, principalmente, pelo reconhecimento de sua língua como língua de fato e da qual ele poderia se valer nos espaços sociais conquistados, deflagrou a necessidade pelo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, uma vez que as instituições precisaram, por uma questão de acessibilidade, que uma ponte fosse estabelecida entre elas e o surdo.

No Brasil, as atividades voluntárias de tradução e interpretação de que se falou anteriormente foram notavelmente observadas no meio religioso a partir de 1980. Não é errado dizer que está aí, em nosso país e também em outros, o nascedouro da profissão de intérprete e tradutor de Libras. No âmbito religioso, a atividade de tradução e interpretação se inicia com base num objetivo final: evangelizar o surdo. Contudo, na busca de tal intento, era necessário ao intérprete formar-se a si mesmo, uma vez que, à época, não se contava com cursos profissionalizantes, tampouco com espaços onde a língua de sinais fosse ensinada. Dessa forma, a atividade de tradução e interpretação, a princípio, foi exercida principalmente por pessoas que tinham contato com algum parente, amigo ou cônjuge surdo. Nesse sentido, essas pessoas tiveram de aprender a língua de sinais em contato com o surdo e ir estabelecendo, ao longo desse contato e da prática, um conjunto de conhecimentos e estratégias – linguísticas, culturais, sociais, tradutológicas etc. –, o que lhes permitiu viver e exercer o papel de intérprete de Libras.

Ademais, conforme relato de Masutti e Santos (2008, p. 155), de forma a evitar o isolamento e a exclusão social do surdo, “instituições com fins religiosos, educativos, sociais e de ajuda em geral ofereciam diferentes serviços para a comunidade surda”. Por meio das trocas efetuadas entre intérpretes e surdos, aqueles, passando a serem os representantes e interventores dos surdos, auxiliaram a comunidade surda em suas lutas sociais por melhores condições de trabalho, educação, reconhecimento linguístico e cultural, entre outras. O avanço das políticas educacionais, linguísticas etc. voltadas à comunidade surda trouxe à tona a necessidade do reconhecimento e também de políticas que balizassem a nova profissão que se delineava. Cientes disso, muitos daqueles intérpretes que atuavam voluntariamente

se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país. (MASUTTI; SANTOS, 2008, p. 153)

O aparecimento de associações de intérpretes originou-se e, igualmente, resultou de um movimento organizativo da categoria, muitas vezes em parceria

com a comunidade surda, que, aos poucos, foi e vem ganhando fôlego em eventos tais como: o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, realizado no Rio de Janeiro e organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), em 1988, que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete; o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela Feneis, realizado em 1992 no Rio de Janeiro, que possibilitou a troca de diferentes experiências entre os intérpretes do país, discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes, fundado mediante a aprovação do mesmo; I Encontro Nordeste de Intérpretes de Libras, realizado em João Pessoa, em 1998; I Seminário de Intérpretes, realizado em São Paulo, em 2001; I e II Encontro de Intérpretes do estado de Santa Catarina, realizados em Florianópolis, respectivamente, no ano de 2004 e 2005.

Muito desse avanço organizacional foi possível graças ao estabelecimento, a partir dos anos 1990, de unidades de intérpretes e tradutores ligadas aos escritórios regionais da Feneis. Em 2000, o contato entre os TILS de todo o Brasil foi facilitado pela disponibilização da página dos Intérpretes de Língua de Sinais (<www.interpretels.hpg.com.br>.) e pela abertura de um espaço para participação dos intérpretes através de uma lista de discussão via e-mail. Essa lista é aberta para todos os intérpretes interessados e pode ser acessada através da página dos intérpretes. Além disso, a Feneis, a partir de 2002, passou a sediar escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro, permitindo que a luta pelos direitos do surdo e, em sua esteira, do intérprete, alcançasse realmente um patamar nacional, podendo articular movimentos em prol da educação, saúde, trabalho, direito a intérprete etc. de maneira descentralizada, de forma a atingir outras áreas que não apenas o Rio de Janeiro.

No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a Lei Federal 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras, porém, sua regulamentação viria apenas três anos depois, com o Decreto 5.626/2005. A partir de então, houve um avanço na aplicação das políticas linguísticas em relação à Libras, fazendo com que ela alcançasse gradativamente um lugar próprio enquanto objeto de interesse científico, sendo estudada sob perspectivas várias – antropológica, educacional, tradutológica, linguística, literária, entre outras. Portanto, essa lei e sua respectiva regulamentação representam um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional Intérprete de Língua de Sinais no Brasil, bem como a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho, que são respaldadas pela questão legal.

Até o ano de 2010, ainda não se tem uma diretriz nacional sobre o perfil e as exigências para a formação profissional do TILS. O que há é um conjunto de princípios, baseado no código de ética da atividade, a ser seguido, sendo que cada estado estabelece a regulamentação da prática de tradução e interpretação. Esse quadro, contudo, está em via de ser alterado, já que foi aprovado, em julho de 2010, pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), o projeto de lei que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), faltando somente a sanção do presidente da República, haja vista o caráter terminativo da decisão tomada pela CAS. Com a sanção presidencial, finalmente se poderá tratar da prática de tradução e interpretação como uma profissão de fato e de direito, o que levará, consequentemente, ao estabelecimento de políticas públicas para a “nova” atividade, seja no tocante a melhorias nas condições de trabalho, seja no que tange à formação desse profissional. O referido projeto de lei, que tramitou no Senado como PLC 325/2009 (na Câmara, tramitou como Projeto de Lei 4.673/2004), entre outras coisas, estabelece como exigência para exercer a profissão uma das três formações:

- curso superior de tradução e interpretação com habilitação em Libras (língua portuguesa);
- nível médio, com formação em cursos (obtida até 22 de dezembro de 2015) de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou, ou cursos de extensão universitária, ou cursos de formação continuada, esses dois últimos promovidos por instituições de Ensino Superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;
- certificação de proficiência, sendo que a mesma será fornecida até o dia 22 de dezembro de 2015 pela União, que, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa.

Além disso, o projeto prevê a elaboração de uma norma específica que estabelecerá a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais responsáveis pela aplicação da regulamentação da profissão, em especial da fiscalização do exercício profissional.

Perfil e competências do TILS

Necessário dizer que embora se faça menção ao TILS aqui, a maior parte das asserções desta seção são feitas em torno do intérprete, uma vez que os mate-

riais de consulta disponíveis se remetem principalmente a ele. Ainda assim, será possível ao leitor vislumbrar os pontos em que tradução e interpretação se aproximam e se distanciam. Esclarecido isso, o primeiro requisito para um candidato a TILS é o pleno domínio da Libras, bem como da sua própria língua materna, nesse caso, o português. Porém, só o domínio das línguas envolvidas no processo de tradução não basta para que alguém atue como tradutor ou intérprete. Segundo aponta Quadros (2007, p. 29), também não se deve cair no mito de que professores de surdos ou filhos de pais surdos têm predisposição e/ou maior facilidade, tornando-se intérpretes mais bem preparados por conta disso.

O domínio da Libras, ser filho de surdos, ou professor de surdos, nada disso garante, por si só, que alguém possa ser intérprete. É preciso, na verdade, que haja uma conjunção de características que envolvem, além do conhecimento profundo da estrutura das línguas envolvidas e a responsabilidade de manter-se fiel e neutro em relação ao objeto de interpretação, o conhecimento cultural suficiente da língua-alvo e da língua-fonte para fazer as devidas adaptações linguísticas de cunho idiomático e cultural. Aí, entrecruzam-se habilidades linguísticas próprias e inferências que ocorrem durante o próprio ato interpretativo, que levam intérpretes a usarem diferentes recursos para expressar os mais diversos significados, seja nas palavras, em nível lexical, ou nas frases, em nível sintático. Por tal razão, a abertura ao aprendizado contínuo, tanto em cursos de formação quanto em convívio com surdos, usuários da Libras e colegas de profissão, é imprescindível. As práticas de autoavaliação e de autocritica e o *feedback* de seus clientes também são importantes componentes auxiliares na excelência do desempenho da profissão.

Até agora se falou de questões relativas a escolhas lexicais e estrutura sintática, no entanto, a ação do intérprete não se limita a isso. Há ainda a semântica e a pragmática, que são componentes naturais do discurso e certamente devem ser contemplados nessa atuação. Por exemplo, o falante tem intenções discursivas que são entendidas por seus ouvintes, por compartilharem o mesmo campo linguístico; os surdos, porém, só percebem tais sutilezas se o intérprete utilizar-se de recursos para tanto. Isso implica em superar a dificuldade imposta pela modalidade da Libras. Sabendo que esta é uma língua de modalidade espaço-visual e a língua portuguesa de modalidade oral-auditiva, há uma incompatibilidade da estruturação gramatical, ou dizendo melhor, são sistemas organizados distintamente. E isso se torna um complicador, conforme afirma Quadros (2007), pelo fato dos profissionais desconhecerem as particularidades da língua.

Ademais, a autora afirma que o intérprete ao intermediar um processo interativo deve ser responsável pela veracidade e fidelidade das informações. A ética é um ponto muito importante, mas apenas ela (como a própria autora, aliás, menciona em outras passagens) não garante a fidelidade de interpretação em relação às intenções discursivas dos envolvidos no ato comunicativo. É preciso que o intérprete tenha excelente domínio da língua de partida, bem como da língua de chegada, que ele reconheça as diferentes intenções discursivas do indivíduo e tenha ainda a capacidade de perceber certas sutilezas semânticas e pragmáticas na língua-fonte (a de partida) e saber como expressá-las na língua-alvo (a de chegada). Entretanto, a fidelidade, tão almejada, é difícil de alcançar, se pensada como sinônimo de exatidão, por isso cabe aqui uma citação acerca da questão da fidelidade em tradução que capta o que se julga pertinente pensar sobre a interpretação (guardadas as devidas diferenças):

Só se poderia falar em tradução literal se houvesse línguas bastante semelhantes para permitirem ao tradutor limitar-se a uma simples transposição de palavras ou expressões de uma para outra. Mas línguas assim não há, nem mesmo entre os idiomas cognatos. As inúmeras divergências estruturais existentes entre a língua do original e a tradução obrigam o tradutor a escolher, de cada vez, entre duas ou mais soluções, e em sua escolha ele é inspirado constantemente pelo espírito da língua para a qual traduz. (RÓNAI, 1987, p. 21)

Isso significa que, assim como na tradução, durante a interpretação não há uma única maneira de se dizer na língua-alvo o que foi dito na língua-fonte e isso leva ao fato de que não há apenas uma maneira ideal, boa, de interpretação, mas muitas. Então, cabe ao TILS construir “maneiras adequadas” de transmitir ao seu cliente as informações que a ele são dirigidas onde e com quem estiver – consultórios médicos, reuniões de trabalho, júri, conferências, sala de aula, entre outras possibilidades. Evidentemente, quão mais bem formado for o profissional, mais chances de sucesso terá na execução de sua tarefa. A formação municia o TILS, por meio de teorias e prática, a lidar com os desafios de sua atividade. No entanto, tal como em outras áreas do saber e do fazer, não existem fórmulas, ou receitas infalíveis, que possam ser seguidas e aplicadas indiscriminadamente. Existem, sim, teorias que subsidiam a prática e práticas que alimentam a teoria, as quais, quando entrelaçadas, conforme se espera fazer ao longo deste curso, oferecem ao tradutor e intérprete a autonomia necessária para ir moldando sua atuação e criando suas próprias estratégias de tradução e interpretação.

As exigências específicas à tradução e à interpretação da Libras

Ao intérprete da Libras cabe a responsabilidade de transmitir o que foi dito. Para tanto, não precisa manter a mesma forma gramatical apresentada na língua-fonte, mas deverá garantir que o conteúdo chegue aos surdos (que naturalmente são os receptores dessa língua) na mesma proporção qualitativa que chega aos que ouvem o que é proferido. Porém, para realizar tal feito, o intérprete deve fazer escolhas lexicais adequadas, estruturar a língua-alvo respeitando sua organização gramatical, bem como desenvolver técnicas de recepção-emissão simultâneas, ou seja, sua agilidade em ouvir deve ser relevante para não perder informações mencionadas no discurso falado.

Além de assimilar o que ouve e fazer a acomodação em sua mente, o intérprete deve processar a informação, o que, nesse caso, significa julgar qual sinalização da Libras corresponde a dada sentença do português. É uma tomada de decisão que acontece rapidamente.

Os tradutores, por sua vez, dispõem de tempo suficiente à obtenção de um texto final técnica e linguisticamente correto. A atividade de interpretação, por outro lado, encontra-se associada a um forte componente de imprevisibilidade, o que obriga o intérprete a preocupar-se sobretudo com a mensagem essencial do discurso transposto, e não tanto com a sua transposição integral. Esse fator leva também a que esta profissão seja muito exigente do ponto de vista físico e mental, pois o intérprete necessita estar altamente concentrado e acompanhar o ritmo das falas, ouvindo e sinalizando ao mesmo tempo. Por envolver questões pertinentes à proficiência linguística, à cultura, à ética, ao emocional, à acuidade intelectual, à compreensão de texto e outros, é que a interpretação simultânea apresenta-se como um grande desafio a quem se dispõe a atuar como mediador entre os indivíduos da situação comunicativa.

Não menos complexa ou árdua é a tarefa do tradutor, entendido nesse momento como o que executa o ofício de transpor para Libras textos escritos. Claro que o contrário, a transposição da Libras para textos escritos, também é passível de ser realizado, mas, claro, numa proporção muito menor, já que a demanda por esse tipo de trabalho ainda é pequena.

Um estudo bastante interessante é o empreendido por Quadros e Souza (2008) quanto à prática de tradução de textos escritos em português para a Língua Brasileira de Sinais. Em sua pesquisa, os autores relatam o processo tradutológico empregado na confecção dos materiais de ensino (DVDs e Ambiente Virtual) do curso Letras Libras ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e seus polos. A leitura do relato interessa na medida em que é possível traçar a diferença da natureza da tarefa executada pelo tradutor e pelo intérprete. Destaque para a preparação prévia de que dispõe o tradutor, podendo se valer de recursos de consulta, avaliar a qualidade de sua tradução (gravada em DVD) e lapidá-la no confronto com o texto original, coisas impensáveis para o contexto da interpretação simultânea, em que o profissional precisa resolver seus “problemas” no ato. Aqui, como na interpretação, exige-se o domínio das técnicas arroladas nos parágrafos anteriores.

Código de ética

Ética é o conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão. O estabelecimento do conjunto a ser seguido por cada profissão é feito por aqueles que a exercem, de forma a respaldar sua prática e também orientá-la, assim como fornecer parâmetros para a formação daqueles que integrarão a categoria. Dessa forma é que se estabelece o código de ética de uma atividade profissional. Com a tradução e interpretação não é diferente. A existência do código justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nessas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, a ética deve estar na essência desse profissional e permear todas as suas decisões no momento de sua atuação. A seguir é transcrito o código de ética que é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (Feneis):

(Registro dos Intérpretes para Surdos – em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA). Tradução do original *Interpreting for Deaf People*, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros – Aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes – Rio de Janeiro/RJ/Brasil – 1992.

Capítulo 1. Princípios fundamentais

Artigo 1.º São deveres fundamentais do intérprete:

1.º O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de

equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

2.º O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3.º O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade;

4.º O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

5.º O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

Capítulo 2. Relações com o contratante do serviço

6.º O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;

7.º Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela Feneis.

Capítulo 3. Responsabilidade profissional

8.º O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;

9.º O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;

10.º Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível, e o intérprete, então, terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade;

11.º O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento;

12.º O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender às suas necessidades particulares.

Capítulo 4. Relações com os colegas

13.º Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.

Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo. (QUADROS, 2007, p. 28)

Formação profissional

Em virtude das novas exigências do mercado de trabalho, aliadas à difusão da Libras e ao crescente número de pessoas que conhecem e desejam utilizá-la profissionalmente, vê-se cada vez mais a especialização desta profissão. Desse modo, quem inicia uma carreira de tradutor e/ou de intérprete deverá contar com um mercado de trabalho exigente cujo acesso não é garantido pelo mero conhecimento da língua em questão. Deverá adquirir, por isso, técnicas especializadas em tradução e/ou interpretação e é essencial que invista em conhecimentos técnicos e conhecimentos gerais, através, por exemplo, de estágios, de contato com a comunidade surda em variados âmbitos e de um esforço constante na investigação e na autoformação.

Há vários níveis de formação de intérpretes para surdos no mundo. Desde o nível secundário ao nível de mestrado, podem-se encontrar pessoas especializando-se para se tornarem profissionais mais qualificados. Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sociocultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida. Além dos níveis de formação, começam a se delinear também as especialidades, ou áreas, de atuação do TILS. Assim, além de uma formação mais geral, necessária a todo profissional, ainda há a possibilidade, transformada, sem dúvida, futuramente, em necessidade, de uma formação específica a cada esfera de atuação: educacional, jurídica, médica, empresarial-trabalhista, religiosa etc. Para o momento, aborda-se, por meio do texto complementar, a formação do intérprete educacional, o qual é ainda o mais requisitado no mercado de trabalho atual.

Texto complementar

O intérprete educacional

(QUADROS, 2007, p. 55-59)

O intérprete educacional é aquele que atua como profissional Intérprete de Língua de Sinais na educação. É a área de interpretação mais requisitada atualmente. Na verdade, essa demanda também é observada em outros países:

Nos Estados Unidos, em 1989, estimava-se que 2 200 Intérpretes de Língua de Sinais estivessem atuando nos níveis da educação elementar e no ensino secundário. [...] Atualmente, mais de um terço dos graduados nos cursos de formação de intérpretes são empregados em escolas públicas. Mais da metade dos intérpretes estão atuando na área da educação. (STEWART *et al.* 1998)

Considerando a realidade brasileira na qual as escolas públicas e particulares têm surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização, seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola observando-se suas especificidades sem a presença de Intérpretes de Língua de Sinais. Assim, faz-se necessário investir na especialização do Intérprete de Língua de Sinais da área da educação.

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades desses profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete, e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. Vale ressaltar que se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se a sua tarefa. As crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas um intérprete, é apenas aquele que está intermediando a relação entre o professor e ela.

Diante dessas dificuldades, algumas experiências têm levado à criação de um código de ética específico para Intérpretes de Língua de Sinais que atuam na educação. Em alguns casos, ao Intérprete de Língua de Sinais é permitido oferecer *feedback* do processo de ensino-aprendizagem ao professor, por exemplo. Se essa possibilidade existe, poder-se-ia prever que o intérprete assumiria a função de tutoria mediante a supervisão do professor, o que em

outras circunstâncias de interpretação não seria permitido. No entanto, isso poderia gerar muitos problemas... Os intérpretes-tutores deveriam estar preparados para trabalharem com as diferentes áreas do ensino. Se a eles fossem atribuídas as responsabilidades com o ensino, eles deveriam ser professores, além de serem intérpretes. E se estiverem assumindo a função de professores, por que estariam sendo contratados como intérpretes? Considerando tais questões, poder-se-ia determinar que o intérprete assumirá somente a função de intérprete, que em si já se basta, e caso seja requerido um professor que domine língua de sinais, que este seja contratado como tal.

Conforme apresentado em <www.deafmall.net/deaflinx/.edcoe.html>. (2002), nos Estados Unidos já houve tal discussão e foi determinado ser antiético exigir que o intérprete assuma funções que não sejam específicas da sua atuação enquanto intérpretes, tais como:

- tutorar os alunos (em qualquer circunstância);
- apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos;
- acompanhar os alunos;
- disciplinar os alunos;
- realizar atividades gerais extraclasse.

Em <www.deafmall.net/deaflinx/useterp2.html>. (2002), apresentam-se alguns elementos sobre o Intérprete de Língua de Sinais em sala de aula que devem ser considerados:

- Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta.
- Considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantirem o direito dos alunos de manter as informações confidenciais.
- Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantam a qualidade da sua atuação durante as aulas.
- As aulas devem prever intervalos que garantam ao intérprete descansar, pois isso garantirá uma melhor *performance* e evitará problemas de saúde para o intérprete.

- Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojetor podem ser recursos utilizados em sala de aula.

Ainda se podem levantar outros problemas que surgem em relação aos intérpretes em sala de aula. Por exemplo, o fato dos intérpretes interagirem com os professores pode levar a um problema ético, pois é natural travar comentários a respeito dos alunos durante os intervalos. O código de ética prevê que o intérprete seja discreto e mantenha sigilo, não faça comentários, não compartilhe informações que foram travadas durante sua atuação. Assim, o código de ética dessa especialidade deveria também prever que ao intérprete fosse permitido apenas fazer comentários específicos relacionados à linguagem da criança, à interpretação em si e ao processo de interpretação, quando estes forem pertinentes para o processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto a ser considerado na atuação do intérprete em sala de aula é o nível educacional. O Intérprete de Língua de Sinais poderá estar atuando na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação. Obviamente que em cada nível deve-se considerar diferentes fatores. Nos níveis mais iniciais, o intérprete estará diante de crianças. Há uma série de implicações geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar. No caso, o intérprete é aquele que estabelece essa relação. Além disso, o intérprete deve ter afinidade para trabalhar com crianças. Por outro lado, o adolescente e o adulto lidam melhor com a presença do intérprete. Nos níveis posteriores, o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais

aprofundados para poder realizar a interpretação compatíveis com o grau de exigência dos níveis cada vez mais adiantados da escolarização.

De modo geral, aos Intérpretes de Língua de Sinais da área da educação é recomendado redirecionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois dessa forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando esse papel é alargado. Nesse sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de Intérpretes de Língua de Sinais. A adequação da estrutura física da sala de aula, a disposição das pessoas em sala de aula, a adequação da forma de exposição por parte do professor são exemplos de aspectos a serem reconsiderados em sala de aula.

Cabe apresentar uma outra questão, há vários professores que também são Intérpretes de Língua de Sinais. O próprio MEC está procurando formar professores enquanto intérpretes. Isso acontece, pois alguns professores acabam assumindo a função de intérprete por terem um bom domínio da língua de sinais. Nesse caso, esse profissional tem duas profissões: a de professor e a de Intérprete de Língua de Sinais. A proposta do MEC em formar intérpretes selecionando professores da rede regular de ensino objetiva abrir esse campo de atuação dentro das escolas. Assim, o “professor-intérprete” deve ser o profissional cuja carreira é a do magistério e cuja atuação na rede de ensino pode efetivar-se com dupla função:

1. Em um turno, exercer a função de docente, regente de uma turma seja em classe comum, em classe especial, em sala de recursos, ou em escola especial (nesse caso, não atua como intérprete).
2. Em outro turno, exercer a função de intérprete em contexto de sala de aula, onde há outro professor regente.

Dicas de estudo

Despertar do Silêncio, de Shirley Villalva, Editora Arara Azul.

Esse livro retrata a trajetória de vida de uma surda parcial que procura entender o mundo à sua volta, significá-lo por meio de uma língua, mas a questão que se coloca à autora é que língua empregar em tal significação, uma vez que, durante muito tempo, a Libras nada comunicava aos que estavam ao seu redor, nem a ela própria. O relato da autora permite a reflexão sobre como a tradução

e interpretação de uma língua dependem, em certa medida, da maneira como o mundo é visto, apreendido, recortado.

A Intérprete (2005), dirigido por Sydney Pollack.

O filme apresenta o drama de uma intérprete das Nações Unidas, Silvia Broome, que ouve, por acaso, uma ameaça de morte a um chefe de estado africano, planejada para acontecer na Assembleia Geral das Nações Unidas. A conversa é ouvida num raro dialeto que poucas pessoas, além de Silvia, nascida na África, podem entender. A abordagem do filme permite refletir sobre os limites da atuação do intérprete, as implicações éticas, bem como apresenta um pouco da rotina de trabalho desse profissional.

Atividades

1. Você viu ao longo do texto que existe no Brasil um código de ética que estabelece os princípios de conduta para a atividade. E quanto ao que o código não prevê diretamente? Afinal, é impossível prever todas as situações inusitadas pelas quais um intérprete pode passar. Como agir em relação a isso? Abster-se quando não há uma conduta clara e específica recomendada?

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

2. Discorra sobre os motivos pelos quais apenas o domínio da Libras e da língua portuguesa não garante que alguém possa atuar como intérprete e/ou tradutor dessas línguas.

[illegible]

3. Fundamentando-se nas discussões estabelecidas ao longo da aula a respeito da atuação do tradutor e do intérprete, é possível dizer que interpretar e traduzir são atividades de natureza diversa, embora relacionadas entre si? Justifique sua resposta.

[illegible]

Referências

BRASIL. **Projeto de Lei 4.673-C de 2004**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: <www.legis.senado.gov.br/mate-pdf/72153.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2010.

MAGALHÃES, Ewandro Junior. **Sua Majestade, o Intérprete**: o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MASUTTI, Mara Lúcia; SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

PAGURA, Reynaldo. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA** [on-line], 2003, v. 19, n. spe, p. 209-236. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300013>. Acesso em: 14 jul. 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. 2. ed. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; SOUZA, Saulo Xavier de. Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

RÓNAI, P. **Escola de Tradutores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SILVA, Lídia da; RODRIGUES, Cristiane Seimetz. Marcos aspectuais na interpretação simultânea do português para a Língua de Sinais Brasileira (Libras). **Revista Eletras** [on-line], Curitiba, v. 20, jul. 2010. Disponível em: <www.ctp.br/eletras/textos/Artigo_livre_20.2_Marcos_aspectuais_na_interpretação_simultanea_do_portugues_SILVA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2010.

Gabarito

1. Na sua condição de conjunto, o código de ética tenta alcançar, por meio de princípios gerais, situações mais específicas do cotidiano do TILS. Entretanto, por se tratarem de princípios, os preceitos estabelecidos no código

de ética funcionam como um norte a seguir mesmo quando algumas situações não são contempladas diretamente por ele. Nessa hora, vale o bom senso de cada um, e ter em mente que, na condição de uma profissão com suas responsabilidades, a não observância de certas condutas pode resultar em prejuízos não apenas para o cliente, mas também para si.

2. Apenas o domínio das línguas envolvidas no ato tradutológico não possibilita a alguém ser um TILS, pois há muito mais exigências que precisam ser satisfeitas e que compõem o perfil do profissional. Nesse sentido, para o indivíduo tornar-se um tradutor e intérprete ele precisa apresentar características tais como responsabilidade de manter-se fiel e neutro em relação ao objeto de interpretação, o conhecimento cultural suficiente da língua-alvo e da língua-fonte para fazer as devidas adaptações linguísticas de cunho idiomático e cultural, investir em formação, estar aberto a aprendizados, manter o convívio com surdos, procurar *feedback* do trabalho realizado, empenhar-se em desenvolver suas próprias estratégias de tradução, ter boa audição, pensamento rápido para julgar as escolhas lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas mais adequadas à mensagem pretendida por aquele que a produziu etc.
3. Resposta mínima deve contemplar o reconhecimento de que são de fato duas tarefas diferentes, com exigências e características de atuação diversas, mas que se entrecruzam na medida em que consistem em verter um conteúdo de uma língua-fonte para uma língua-alvo, sendo que as habilidades exigidas na tradução podem estar presentes na interpretação e vice-versa.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

